

## EDUCAÇÃO DE ADULTOS E OBJETIVOS EDUCACIONAIS

ELBA SIQUEIRA DE SÁ BARRETO

### Propósito do Trabalho

Inúmeros têm sido os movimentos dedicados à educação de adultos no Brasil nas últimas décadas quer em âmbito nacional, quer estadual, ou ainda local. No entanto, pouco se tem refletido sobre o seu significado em termos de evolução da própria concepção de educação de adultos neles implícita.

O presente trabalho tem como escopo a análise dos objetivos educacionais de alguns desses movimentos, no sentido de esclarecer em que medida se repetem em uns e outros casos, de que forma são reformulados ao passarem de um movimento a outro, e quais os elementos novos que se agregam a cada caso.

É evidente que tais modificações não são gratuitas, dependem do contexto histórico em que foi concebido e posto em prática cada um desses movimentos. Sem deixar de fazer referência às condições sociais, econômicas e culturais que teriam sido responsáveis pelas diferentes posturas do ponto de vista de uma filosofia da educação dos grupos estudados, deter-nos-emos, não obstante, particularmente na análise dos objetivos educacionais propriamente ditos, em uma tentativa de elucidação de seu significado intrínseco, ou seja, daquele assumido pelo próprio grupo.

Foram abrangidos, no estudo, quatro movimentos, sendo três deles de caráter nacional e um de âmbito estadual. São eles respectivamente o Movimento de Educação de Base (MEB), o Sistema Paulo Freire, o Movimento Brasileiro de Educação (MOBRAL) e o Serviço de Educação Supletiva do Estado de São Paulo (SES). Outros mais, pela amplitude de sua influência ou extensão de suas ati-

vidades, mereceriam figurar em um trabalho como este, entretanto a exigüidade de informações sobre eles não nos permitiu incluí-los como objeto de análise. A própria escolha dos quatro acima referidos, à parte a sua relevância em termos de idéias ou realizações, foi exclusivamente condicionada à disponibilidade de dados referentes a cada um deles.

Em 1947, o então Ministério de Educação e Saúde lançou a Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos Analfabetos. O governo federal foi levado a essa iniciativa, em parte pelas considerações sobre os resultados do Censo de 1940 que apontavam o decréscimo de apenas 8,6% na porcentagem de analfabetos do país, num período de 20 anos. De outra parte, a medida pretendia ser uma resposta às pressões sociais exercidas no sentido de uma maior escolarização — e resultantes das transformações que os processos de industrialização e de urbanização determinaram na composição ocupacional e de classe da população brasileira. Desde então várias “Campanhas” de âmbito nacional foram lançadas no País, ao lado de outros tantos movimentos de âmbito estadual ou local.

Neste trabalho examinaremos alguns desses programas tomando como ponto de referência seus **objetivos educacionais**. Essa abordagem parece-nos válida porque em qualquer programa de ação os objetivos são elementos nucleares, responsáveis, em grande parte, pela funcionalidade das decisões implícitas no programa.

“Os objetivos são essencialmente o futuro desejável que pode ser atingido através de uma série de comprometimentos decisórios” (Perlstadt, 1972).

## A) O Movimento de Educação de Base — MEB

### 1. Histórico

Embora o MEB continue exercendo suas atividades até hoje, os dados de que dispomos permitem-nos uma análise do movimento a partir da época em que foi criado até 1968.

As experiências de educação pelo rádio, sob o encargo do episcopado brasileiro, constituíram seu marco inicial. Em 1960 foi posta em funcionamento a Rede Nacional de Emisoras Católicas (RENEC), que promoveu, no mesmo ano, o Primeiro Encontro de Educação de Base em Aracaju.

O sistema de emissões educativas radiofônicas tinha por objetivo atingir as populações das áreas subdesenvolvidas, extremamente carentes, e marginalizadas não apenas na esfera educacional, como também do ponto de vista econômico, social e político.

Ainda em 1960, o então presidente da república, Sr. Jânio Quadros, estabeleceu com Dom Távora, Bispo de Aracaju, as bases para um convênio de expansão e subvenção do movimento pelo Estado, que se efetuou na forma de decreto assinado em março de 1961.

A unidade fundamental do MEB foi, e ao que tudo indica, continua a ser, o Sistema de Educação de Base, que planeja, executa e coordena um programa local de educação. O Sistema submete-se à orientação da Equipe Estadual, e esta, à do Secretariado Central com sede no Rio de Janeiro, a quem compete a criação e organização de novos sistemas e Equipes Estaduais, bem como a coordenação técnica e administrativa do trabalho em todo o país.

Originário da dependência direta da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB — o MEB foi, entretanto, concebido como um trabalho de leigos. Após a realização do convênio com o governo federal, seus quadros, desde aqueles de atuação local, até os dirigentes, apresentavam alto nível de escolaridade, sendo que estes últimos eram todos

estudantes universitários ou indivíduos já graduados em curso superior.

### 2. Objetivos

Analisando os objetivos educacionais propostos pelo MEB até 1968, ano em que recebeu o prêmio Reza Pahlevi, conferido a pessoas ou entidades que se destacaram mundialmente na luta contra o analfabetismo, podemos verificar algumas constantes.

#### a) — A consideração da pessoa humana como totalidade.

Esse objetivo pressupõe uma educação que visa à formação integral do adolescente e do adulto. Embora a bandeira da educação integral tenha sido levantada pela grande maioria das pessoas que se dedicam à educação em nosso país, quando adotada pelo MEB, implica numa concepção bastante específica sobre o que deve ser considerado como o homem “na sua dimensão humana total”.

Inspirados nos pensadores cristãos europeus ligados à tradição fenomenológica, os dirigentes do MEB propõem-se a uma abordagem educacional que focaliza a situação existencial do adulto analfabeto, partindo, como dado primeiro de análise, da maneira pela qual este homem se relaciona consigo mesmo e com o outro, com o mundo e com Deus.

Essa tomada de posição implica na consideração de uma vinculação básica do homem às condições histórico-sociais de sua existência, que deve contar como elemento primordial do processo educativo. Não se trata aqui simplesmente de conceber os interesses ou necessidades do homem em abstrato, mas de levar em conta, na sua formulação, a própria situação de carência em que vive, com todas as implicações daí decorrentes. Assim sendo, a situação humana como um todo é considerada no processo educativo, o qual deixa de preocupar-se exclusivamente com a alfabetização em si ou com o domínio puro e simples de técnicas elementares de ler e contar.

Implica também na admissão de que o relacionamento do homem com seus seme-

lhantes é condição fundamental para o desempenho da tarefa comum de construir um mundo humano. É somente quando supera as limitações do individualismo através da comunicação com o outro, por meio de um relacionamento de cooperação e não de subordinação, que o homem atinge a verdadeira estatura de pessoa humana. Assim argumenta Mounier, e ratifica o MEB.

Embora não se propondo a realizar uma tarefa especificamente religiosa, o movimento confere especial importância ao relacionamento do homem com Deus, entendendo-o como um chamado à necessidade de humanização do próprio homem.

#### b) — A preocupação com a problemática da cultura popular

A valorização da cultura como um dos existenciais humanos é outro dos pressupostos do movimento. Na medida em que o homem não é mais considerado unicamente como ser que pensa, mas como ser situado em um mundo, que se faz homem através da história e da cultura, ele ganha nova dimensão.

Em oposição à tradição que levou a escola brasileira até há pouco tempo a dedicar-se ao atendimento dos valores e interesses pertencentes às elites que detiveram historicamente o privilégio à educação, o MEB advoga a consideração da cultura popular como elemento básico do qual deve partir o processo educativo. Esse enfoque permite não apenas uma valorização da contribuição do homem do povo à formação da própria sociedade brasileira, como também possibilita o desenvolvimento de sua capacidade criativa e de seu reconhecimento como agente capaz de transformar o mundo.

#### c) — A conscientização

O termo é um neologismo empregado por vários grupos que surgiram na ocasião filiados à mesma tradição de pensamento. Como um coroamento da formulação teórica adotada pelo MEB, a conscientização está intrinsecamente ligada aos demais objetivos.

Ela abrange dois aspectos fundamentais. O primeiro, referente à tomada de consciência de si mesmo, leva o homem, que viveu até então alienado de suas próprias possibilidades, a uma auto-valorização, ou seja, a uma promoção do ponto de vista humano.

Mas a conscientização vai além. Seu segundo aspecto está aliado ao fato de que a própria valorização plena do homem implica em que ele tenha uma visão crítica do outro e da realidade que o cerca. A consciência crítica da realidade supõe, por sua vez, que os sujeitos do processo educativo não se limitem simplesmente a uma atitude reflexiva, mas comprometam-se, através da ação comum, com uma transformação dos dados da própria realidade. Essa atividade começa, via de regra, a partir da comunidade restrita do indivíduo para atingir toda a teia de relações que a condicionam chegando ao âmbito da sociedade global.

Se a primeira dimensão do processo de conscientização se manteve mais ou menos inalterada no decorrer da história do MEB, o mesmo não se pode dizer da segunda.

Passando de um interesse, na fase inicial, pela educação de base propriamente dita, o movimento, por volta de 1962, centraliza suas preocupações em torno da conscientização entendida como compreensão da realidade social brasileira. Apoiando-se nos escritos de T. Chardin, Jaspers, Mounier, na Encíclica Mater et Magistra e em reflexões de alguns clérigos brasileiros, os participantes do MEB, sob a orientação de dirigentes universitários, passam a considerar o analfabetismo dentro do quadro mais amplo de subdesenvolvimento do país, chegando à convicção de que a superação desse estágio só seria possível através da reconstrução da sociedade em termos que implicariam na alteração básica de suas estruturas (\*).

A maneira pela qual tais estruturas seriam alteradas deveria, no entanto, vir a ser formulada pelo próprio povo a partir do conhecimento que este tomasse das causas determinantes da situação de carência atual.

(\*) Cf. I Encontro de Coordenadores, Recife, 12/62.

Preocupados em não manipular as decisões a serem tomadas pelas camadas populares com quem trabalham, os participantes do MEB utilizam técnicas não diretivas entendidas como o meio mais eficaz para incentivar e garantir a capacidade de deliberação dos indivíduos e grupos.

Após abril de 1964, a conscientização passa a ter nova tônica em virtude das profundas mudanças que ocorreram na vida política do país afetando diretamente o movimento. O movimento concentra-se particularmente no trabalho de formação da comunidade local que encarece a colaboração de todos os membros no sentido de alcançarem a solução de problemas comuns.

## **B) Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos (Sistema Paulo Freire)**

### **1. Histórico**

Em 1963, o Ministério da Educação e Cultura lançava a Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos em caráter oficial. "Esta campanha apenas foi diferente das anteriores, devido às características do sistema de alfabetização adotado: o Sistema Paulo Freire de educação de adultos" (Beisiegel, 1965).

Seu criador, então professor da Universidade do Recife e Diretor do Serviço de Extensão Cultural da mesma universidade, vinha, há mais de 15 anos, acumulando experiências no campo da educação de adultos. Terminou por elaborar uma metodologia que aliava intrinsecamente o processo de alfabetização à discussão dos problemas vivenciais do educando. Assim, por desenvolver uma atitude motivadora e crítica, tornava a aprendizagem mais rápida e eficiente. Antes de sua adoção em nível nacional já haviam sido feitas algumas experiências com o novo sistema sendo que a de maior expressão, dentre todas, foi a de Augicos, no Rio Grande do Norte.

O sistema ficou conhecido como o de alfabetização em 40 horas e visava atingir, através da Campanha a população adulta em âmbito nacional. Em janeiro de 1964 iniciou-se

a preparação de material e o treinamento de pessoal para a implantação da primeira fase do método, a única sistematizada. A unidade básica do sistema era o círculo de cultura, equivalente à tradicional sala de aulas, e os procedimentos didáticos deviam girar em torno de debates.

Com a revolução de março de 1964, a Campanha foi suspensa e, a partir daí, sustado todo trabalho em nível oficial.

Muito embora o movimento não tenha tido condições de ser posto em funcionamento, incluímo-lo como objeto de análise porquanto representava uma síntese da problemática da educação de adultos que marcou época no pensamento pedagógico brasileiro, influenciando, de uma forma ou de outra, todos os movimentos que surgiram no país após a sua divulgação.

### **2. Objetivos**

Do ponto de vista das idéias, o Sistema Paulo Freire tem a mesma filiação que o MEB: origem católica, postura teórica inspirada nas mesmas fontes da fenomenologia existencial, igual receptividade às características sócio-culturais do mesmo período histórico, objetivos praticamente idênticos.

Se, no entanto, o MEB se dedicou, através de uma estrutura própria, à educação de base predominantemente nas zonas rurais, a proposta educacional de Paulo Freire foi sobretudo uma idéia a ser desenvolvida por todos os grupos que com ela se achassem identificados.

Examinemos seus objetivos fundamentais.

#### **a) — A consideração da pessoa humana como totalidade**

Tal como no MEB, a abordagem supõe a relação do homem com o mundo, com o outro e com Deus, de forma tão intrínseca que a realidade do mundo e do outro penetram o homem a ponto de chegarem a constituir-se em parte integrante dele. Ao mesmo tempo, o homem, no seu relacionamento com o outro, impõe-se igualmente ao mundo imprimindo-

lhe o cunho humano, transformando-o, recriando-o continuamente a partir da sua liberdade, construindo nele e através dele a cultura e a história.

Como conseqüência, a ênfase atribuída ao conteúdo da ação educativa e a maneira pela qual foi proposta esta ligação entre conteúdo e instrumental na fase sistematizada do método, acabou por ser a maior contribuição dada pelo pensamento de Paulo Freire. Seu imperativo básico é que toda a problemática existencial do homem subdesenvolvido deve ser colocada, ao mesmo tempo, como objetivo do processo de alfabetização, como elemento motivador da aprendizagem, e como incentivo para a utilização, pós-aprendizagem, do instrumental adquirido.

#### b) — A preocupação com a problemática da cultura popular

Um dos objetivos da ação pedagógica é levar o educando a descobrir-se como capaz de fazer cultura, entendida esta no sentido antropológico de que cultura é toda criação humana. Educador e educando, a partir dessa perspectiva, estão em condições de igualdade na medida em que ambos podem criar, e devem fazê-lo através de um processo de diálogo e de comunicação autêntica.

Repudia-se a concepção do processo educativo como imposição ao aluno de um produto cultural acabado; o educador dispõe-se a trocar as suas experiências com as do educando e a refletir juntamente com ele sobre os problemas vivenciados pelo grupo.

É abandonada a caracterização menos-prezante do analfabeto, enraizada historicamente, que o vê como ignorante e indolente; passa-se a considerá-lo como alguém que tem uma contribuição fundamental a fazer à sociedade em que vive.

De outra parte, a própria concepção das transformações da sociedade brasileira é concebida, no sistema Paulo Freire, em termos culturais, ou seja, de mudança de valores. Seu autor recorre ao conceito de “trânsito” para explicar o período de transição por que

passava a sociedade brasileira no início dos 60, caracterizando-o como período em que se chocam valores emergentes, que buscam afirmação, e valores do passado, que aspiram preservar-se. Embora admita que sob a base dessa tensão existam rachaduras de ordem estrutural na sociedade, focaliza sua análise primordialmente no aspecto dos valores culturais.

Durante o “trânsito” instala-se o fenômeno da democratização fundamental, através do qual o povo, até então mero expectador do processo histórico, passa a reivindicar uma participação ativa nele. Ainda que tal participação abranja dimensões interdependentes: a social, a econômica, a política e a cultural, é nesta última, mais uma vez, que o movimento se detém particularmente.

As discussões que se travam em torno da cultura do povo e da cultura de massa, a própria denominação conferida aos grupos que participam das investigações de Paulo Freire — Movimento de Cultura Popular — são índices da preocupação dominante. Entendem eles que é chegado o momento da democratização da cultura, e concebem-na não como sua vulgarização ou como algo a ser formulado pela elite intelectual e simplesmente consumido pelo povo como doação.

O enfoque popular implica em que os sujeitos que participam do processo educativo não sejam apenas receptivos, mas ofereçam sua contribuição ativa e criadora à cultura, que é uma só e que, por isso, deve pertencer a todos.

#### c) — A conscientização

Poder-se-ia dizer que este é o objetivo capaz de sintetizar todas as preocupações do sistema Paulo Freire.

Com respeito ao aspecto ligado à tomada de consciência de si mesmo, a valorização do homem, além de um dos objetivos básicos, passa a ser o elemento motivador por excelência do processo educativo.

Repelindo o que posteriormente chamará de concepção “bancária” da educação, que se

limita a depositar conteúdos servindo à “domesticação” do homem, Paulo Freire propõe a sua visão humanista calcada no conceito de cultura já exposto. Baseia-se ela numa relação de diálogo entre educando e educador, em que se procura descartar toda possibilidade de manipulação do educando, com base na convicção de que a este, e só a este, cabe propor a maneira de solucionar os seus problemas.

Detenhamo-nos agora no segundo aspecto da conscientização. Sempre através de uma perspectiva que exclui o individualismo, supõe uma ação conjunta baseada na autêntica comunicação das consciências, o processo de conscientização visa a operar no educando, representante do povo, a passagem da consciência ingênua à consciência crítica, durante o período de “trânsito”.

Trata-se de oferecer condições às classes populares de inserir-se, ativa e criticamente, no processo histórico.

A consciência “intransitiva” é característica das populações rurais brasileiras, cujo centro de preocupações gravita, predominantemente, em torno das atividades de subsistência. Sua órbita de apreensão, sendo extremamente limitada, determina uma incapacidade de captação de grande número de questões que lhe são suscitadas. O fatalismo e a acomodação são formas de expressão com que ela se reveste.

Em decorrência da urbanização, o homem que emigra do campo para a cidade passa por um processo de “transitivação” da consciência, que se torna mais permeável. Enquanto consciência ingênua, este estágio caracteriza-se pela simplicidade na interpretação dos problemas, pela tendência a transferir a responsabilidade ao invés de delegá-la, pela aceitação, ainda, como no caso anterior, das explicações mágicas ou místicas.

Através da educação problematizante, o povo seria levado a repensar as questões propostas e analisá-las, abandonando a posição passiva anterior. A introdução do elemento racional, deve ser o ponto de partida para qualquer ação que, na redescoberta da reali-

dade, vise a transformá-la procurando romper com as causas do subdesenvolvimento.

Todavia, caberia indagar como faz Pierre Furter, se o fato do educador simplesmente colocar perguntas aos educandos não seria já uma maneira sutil de orientar a discussão, possibilitando-lhe omitir-se da responsabilidade de respondê-las e de tomar posição. O não diretivismo metodológico, enquanto instrumento de conscientização, estaria assim aberto a uma série de dúvidas e questões.

### C) O Serviço de Educação Supletiva do Estado de São Paulo — SES

#### 1. Histórico

Em decorrência da grande mobilização feita em torno da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos Analfabetos, 1947, o Estado de São Paulo integrou-se no movimento através da criação, no ano seguinte, do Serviço de Educação de Adultos — SEA, diretamente subordinado ao Departamento de Educação. Coube-lhe, como atribuição principal, “promover e superintender em todo o Estado, campanhas de alfabetização e educação de adolescentes e adultos” (Lei n.º 76 de 23-02-1948).

Em 1951, passaram a fazer parte do Serviço, os Cursos Populares do Serviço Nacional da Indústria — SESI — e, em 1952, os cursos cujas prefeituras municipais solicitaram integração.

Em dezembro de 1969, um dos decretos que deram curso à reforma administrativa da Secretaria da Educação, organizando a Coordenadoria do Ensino Básico e Normal, criou o Serviço de Educação Supletiva — SES — que, de órgão técnico administrativo, passou a ter atribuições essencialmente técnicas.

Com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 5692 de 11 de agosto de 1971), o SES reestruturou os cursos de educação fundamental a fim de compatibilizar seus objetivos com o espírito da nova lei, possibilitando a conclusão do equivalente às quatro primeiras séries do ensino do 1.º grau, em apenas dois anos.

## 2. Objetivos

### a) — Alfabetização versus Educação

Seguindo os parâmetros estabelecidos pelo governo federal, o SEA refletiu o que se pensava no fim da década dos 40, a respeito de educação de adultos. De acordo com a concepção de Clemente Mariani, Ministro da Educação naquela época, a Campanha Nacional não visava apenas a alfabetização. Dentro de uma perspectiva mais ampla de educação deveria abranger também uma programação de noções úteis no sentido da educação sanitária, cívica e de vulgarização de modernas técnicas de produção agrícola e pequenas indústrias (\*).

Contudo, a realidade dos fatos no Estado de São Paulo, e, ao que parece, nos demais, confirmou coisa bem diversa.

Neste Estado, a despeito de os objetivos educacionais terem sido colocados no sentido de abranger não apenas os aspectos cognitivos do comportamento, mas de englobar também aqueles destinados a formar atitudes favoráveis à integração do aluno às novas formas culturais e sociais da realidade, na verdade foi o elemento cognitivo o privilegiado. Representando, quase que absolutamente, todo o potencial instrumental que um curso de educação de adultos pode encerrar, o fator conhecimento da leitura e da escrita passou a ser considerado isoladamente como o elemento integrador por excelência.

Não se deve atribuir unicamente aos professores a responsabilidade por tais resultados, uma vez que estes foram consequência dos pressupostos implícitos no próprio movimento. A esse respeito, é interessante lembrar o que diz Luiz Pereira à guisa de crítica ao pensamento dos educadores que se destacaram então: recorrendo ao raciocínio de tipo analógico, chegaram a supor que a educação seria, em última análise o fator capaz de eliminar a diferença entre os países desenvol-

(\*) "Campanha de Educação de Adultos", Documentos Iniciais da Campanha — Publicação I. Departamento Nacional de Educação, MEC, Rio de Janeiro, jan./1947.

vidos e os subdesenvolvidos. Essas interpretações teriam falhado "por não atentarem adequadamente à natureza das conexões estruturais e funcionais do sistema escolar com os demais integrantes do sistema social global" (Pereira, 1971).

Dessa forma, o analfabetismo, isolado das condições que o determinavam, passou a ser visto como um mal em si, motivo de vergonha nacional, que devia ser eliminado a qualquer preço, como o aponta Celso Beisiegel (\*). É elucidativo recordar a característica de verdadeira "salvação nacional" atribuída à Campanha de 47 pelos que a lançaram. Essa mesma atitude parece estar presente em documentos recentes do SES, quando se trata de fazer uma caracterização da clientela de seus Cursos de Alfabetização. Nela só foram destacados os traços negativos da personalidade do analfabeto: timidez, sentimentos de inferioridade e auto-desconfiança, pessimismo, fatalismo, agressividade, imediatismo, resistência à mudança (\*\*).

Mas, como pergunta Furter, até que ponto se pode esperar num analfabeto, a manifestação de todos esses aspectos negativos? E mesmo quando alguns ocorram, por que não procurar explicá-los num contexto social mais amplo?

### b) — A transição para um conceito mais funcional de educação

É preciso não ser severo demais com os nossos educadores que na verdade participavam do consenso vigente no âmbito internacional, a respeito das idéias sobre o assunto. O próprio conceito de alfabetização de adultos divulgado pela UNESCO no período que vai da primeira Conferência Internacional de Educação de Adultos na Dinamarca, em 1949, até 1960, data da segunda Conferência, no Canadá, não vai além da proposta de elimina-

(\*) Cf. Beisiegel, 1965.

(\*\*) SES (Serviço de Educação Supletiva do Estado de São Paulo) — Clientela dos cursos de alfabetização de adolescentes e adultos. Publ. recente.

(\*\*\*) Cf. Furter, P. — Sugestões para um estudo do analfabetismo no Brasil. *Pesquisa e Planejamento*, (10): 113-147. dez. 1966.

ção pura e simples do analfabetismo (\*). Os delegados de Montreal, embora convencidos da idéia, não ousavam vincular, oficialmente, a educação de adultos a um conceito mais amplo de educação, compreendido a partir das condições da sociedade como um todo.

De 1961 em diante, a UNESCO passa a considerar a alfabetização não mais como um valor em si, mas dentro da perspectiva da educação funcional, em que o importante é dar ao indivíduo condições para que ele promova seu auto-desenvolvimento, participe do desenvolvimento da comunidade e desempenhe um papel ativo na vida do país.

Foi inclusive dentro desta linha de atuação que se deu a colaboração de especialistas da UNESCO em movimentos brasileiros de educação de adultos, como a Campanha de 1963.

Sob o impacto das novas idéias, o SES procura reformular suas formas básicas de atuação, sobretudo, a partir de 1966. Inicia-se um trabalho de orientação pedagógica dos professores no sentido de atender às necessidades do adulto colocadas pela sua condição peculiar de vida, o que implica numa revisão de objetivos, métodos e conteúdos dos cursos.

A renovação faz-se sentir particularmente no que diz respeito à alfabetização. Esta passa a ser feita com base no levantamento do universo vocabular dos educandos de todo o Estado, que possibilita a seleção de palavras significativas tanto do ponto de vista do contexto social, quanto das dificuldades da língua. Sente-se uma limitada influência do método Paulo Freire...

Todavia, a renovação nos demais aspectos do currículo, visando a adaptá-lo às exigências de uma educação funcional, foi vaga e tibia apesar dos esforços despendidos no sentido de preparar mais adequadamente os professores.

#### c) — Educação de base e habilitação profissional

Desde os primórdios da Campanha Nacional de Educação de Adultos a habilitação pro-

(\*) Cf. Hely, A. S. M. — *Nuevas tendencias de la educación de adultos* (De Elsinor a Montreal) Monografias sobre Educación IV, UNESCO, Paris, 1963.

fissional foi uma das preocupações do movimento. Segundo Lourenço Filho, a Campanha em geral, teria estimulado o desenvolvimento do ensino complementar primário na forma pré-profissional e profissional (\*).

Sabemos também que o SEA cuidou dos "Centros e Cursos de Iniciação Profissional" que se propunham a "dar aos adolescentes e adultos, de preferência aos egressos dos cursos de ensino supletivo, uma habilitação profissional de caráter artesanal que lhes proporcionasse maiores oportunidades de trabalho e melhores condições sociais (\*\*)". Pretensão em parte falaciosa pelo menos nas zonas urbanas, onde a qualificação exigida não é mais a artesanal.

Na documentação recente de que dispomos não há referência alguma sobre a profissionalização, a não ser uma colocação teórica que afirma serem os recursos humanos de indiscutível importância no processo de desenvolvimento do país. Sendo a educação supletiva aquela que deve complementar um aprendizado já adquirido, ela estará contribuindo para que sua clientela tenha condições de constituir mão-de-obra especializada e valorizada, concorrendo com maior eficiência, como força de trabalho, para o desenvolvimento total da nação.

#### d) — "Municipalismo" e educação de adultos

Uma das metas do SES, visando da melhor cumprimento às diretrizes da Campanha de 47, foi incentivar a organização de Comissões Municipais de Educação de Adultos. Essas Comissões, no quinquênio de 50 a 54 abrangem 358 municípios do Estado de São Paulo, congregando uma média de aproximadamente 2.000 pessoas por ano, entre profissionais liberais, autoridades escolares etc. Em 1958, durante o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado no antigo Distrito Fe-

(\*) Cf. Lourenço Filho, M. B. — Redução das taxas de analfabetismo no Brasil, entre 1900 e 1960. Descrição e Análise — *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, XLIX (100) out/dez. 1965.

(\*\*) SEA (Serviço de Educação de Adultos). Instruções Gerais sobre Centros de Iniciação Profissional. Out., 1952, exemplar mimeografado.

deral, o representante de São Paulo, Professor Alberto Rovai defendeu a tese da implantação, em âmbito nacional, das Comissões Municipais de Educação de Adultos. Segundo seu autor, a municipalização da educação de adultos no Brasil torna-se um imperativo em face das duas grandes metas propostas, pelo governo federal, para a educação: 1) educação para o desenvolvimento; 2) descentralização do ensino. Se a educação para o desenvolvimento reclama a participação das comunidades locais, a Comissão Municipal de Educação de Adultos seria uma forma socialmente útil de dinamizar essa participação assumindo tarefas tais como "fazer propaganda da Campanha de Educação de Adultos pela imprensa, rádio, serviço de alto-falante, cinema, cartazes, boletins, palestras; promover o recenseamento e matrícula de adolescentes e adultos analfabetos, auxiliada por órgão estatístico municipal; conseguir locais para a instalação de cursos que não puderam ser instalados em prédios escolares; angariar fundos para pagamento de iluminação, para aquisição de material didático; fazer visitas aos cursos e às residências dos alunos infreqüentes, a fim de estimular a assiduidade etc. (\*)".

Por outro lado, a descentralização do ensino teria nas Comissões Municipais de Educação de Adultos uma forma de exercício e preparação para uma maior autonomia escolar. A tese da municipalização da educação de base para adultos, tão rigorosamente defendida em 1958, só ganhou porém real impulso com o advento do MOBRAL.

## **O Movimento Brasileiro de Alfabetização MOBRAL**

### **1. Histórico**

O governo federal lançou, em setembro de 1970, o Movimento Brasileiro de Alfabetização em caráter nacional, centralizando as atividades do Ministério de Educação e Cultura relativas à educação de base para adultos.

(\*) II Congresso Nacional de Educação de Adultos. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, XXX (71): 81-93, julho/setembro, 1958.

Não mais a título de campanha, mas como programa de ação integrada, intensiva e contínua, o MOBRAL tem por meta a extinção do analfabetismo no país.

Para tanto, instituiu uma política de descentralização que atribui aos municípios a responsabilidade de resolver os problemas relacionados com a implantação e desenvolvimento do programa; às coordenações estaduais cabe a orientação e supervisão dos cursos municipais, e ao MOBRAL Federal, a elaboração das linhas mestras do movimento, bem como a sua coordenação e supervisão no nível nacional. O financiamento fica, em grande parte, a cargo dos municípios. Mas, em casos excepcionais, mesmo a esfera federal, pode cobrir até 100% dos gastos.

Através do Plano de Ação Concentrada do Ministério do Interior, que criou as áreas prioritárias de desenvolvimento, foram escolhidos 457 municípios para focos de irradiação do movimento, representando 11% do total dos municípios e 70% da população do país (\*\*).

Os cursos destinam-se à população, urbana, acima de 14 anos de idade e atingem, principalmente, a faixa etária que se estende até os 35 anos. O critério que presidiu a essa escolha foi um critério econômico ligado à constatação de que o investimento educacional para essa população específica produz maiores e melhores efeitos na estrutura produtiva do país.

A fase inicial dos cursos propõe-se a alfabetizar os alunos e pode durar de 3 a 6 meses. A segunda fase, ainda em caráter experimental, recebeu o nome de Educação Integrada; pretende ser equivalente ao curso primário regular, e deverá ter a duração aproximada de 13 meses.

Para estes cursos, foi especialmente elaborado por três editoras, um material didático destinado a melhor instrumentar o professor primário, até agora pouco afeito à problemática da educação de adultos. O trabalho das editoras obedeceu a uma orientação do MOBRAL quanto aos procedimentos básicos a serem adotados no processo educativo.

(\*\*) "A derrota da ignorância". Veja, (105), 919/1970.

## 2. Objetivos

### a) — A dimensão econômica da educação de adultos, no MOBRAL

A concepção de educação de adultos adotada pelo MOBRAL encontra o seu paralelo na conceituação atual na UNESCO, enunciada por ocasião do Congresso Mundial de Ministros da Educação, realizado em 1965, em Teerã.

Embora confirmando a concepção mais ampla da educação funcional, adotada a partir de 1961, a UNESCO passa a considerar as dimensões sócio-culturais e políticas da educação sobretudo do ponto de vista das necessidades presentes e futuras do desenvolvimento econômico.

De acordo com esta orientação, o Brasil, a partir de 1971, passou a adotar uma política educacional inédita, política esta da qual o MOBRAL é uma das expressões máximas a julgar pela perspectiva dos que o conceberam. O Ministério do Planejamento, através do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), promoveu, anos antes, uma pesquisa que foi formulada em termos de diagnóstico para o planejamento da educação brasileira.

Partindo do pressuposto, geralmente aceito em economia, de que a educação produz taxas de retorno muito altas, a pesquisa terminou por indicar que a educação formal é, provavelmente, uma das oportunidades mais lucrativas de investimento que se apresentam à sociedade contemporânea. Levando esse raciocínio às últimas conseqüências, o Diagnóstico Educacional do IPEA ofereceu indicações ao governo quanto ao montante de capital a ser aplicado à educação, bem como às proporções que deveriam ser aplicadas nos diferentes setores (\*).

A educação considerada, não como bem de consumo, como tradicionalmente vinha sendo encarada, mas como bem de capital, passa a assumir um papel de importância básica no processo de desenvolvimento econômico, quer como aumento da força de trabalho qualificado, quer como fator gerador

de renda. Nessa linha foi concebido o plano de educação do governo e é a partir desse enfoque que foi concebido o MOBRAL.

Propondo-se a “oferecer oportunidades para formação de um equipamento básico capaz de permitir a aprendizagem e o desempenho de um ofício ou o encaminhamento conjunto, para o trabalho e para o estudo”, o Movimento começa por introduzir no currículo, como complemento da aprendizagem, programa que visa a semi-qualificação de mão-de-obra. Através do ensino de trabalhos manuais e artesanais, jardinagem, economia doméstica e outras habilidades (não especificadas), pretende-se desenvolver atitudes favoráveis ao trabalho, levar o educando a aprender a organizar-se no tempo e a aproveitar seu potencial criativo, dirigindo-o, em primeiro lugar, para o próprio ambiente familiar.

Se o MOBRAL se detivesse aí, seria procedente a mesma crítica feita em relação aos cursos artesanais do SES, em virtude do tipo de preparo exigido por uma sociedade em vias de industrialização, que relega as técnicas artesanais a um plano já superado do ponto de vista econômico. O movimento, entretanto, vai além, incluindo dentro do currículo de Educação Integrada, a área de “Formação de Atitudes para o Trabalho” cujo objetivo é informar e predispor o aluno para o desempenho eficiente de sua vida profissional.

O esforço de complementar o processo educativo com uma qualificação profissional foi, até agora, efetuado através de convênios com entidades que dispõem de programas de preparação de mão-de-obra.

### b) — As outras dimensões da educação de adultos no MOBRAL

Até o presente, o movimento tem-se destacado sobretudo pelo esforço de elaboração de um conteúdo fundamental de educação de base, que é, “strictu sensu”, qualificador, do ponto de vista profissional.

O cuidado a fim de garantir a utilização de processos mais ativos de aprendizagem e a tentativa de adequação à problemática do

(\*) Lucros Problemáticos, Visão, 17-1-71.

adulto, revelam, muitas vezes, a volta às fontes de movimentos anteriores. Os programas estão centrados em estudos sociais, e parte-se da discussão de problemas, presumidos de interesse básico dos alunos.

O próprio nome do curso de Educação Integrada, por exemplo, traduz a intenção de globalização do ensino, que pretende desenvolver o pensamento reflexivo o qual, por sua vez, deve estender-se a uma participação de caráter mais racional na sociedade. Enquanto programa, o curso de Educação Integrada representa um progresso em relação aos cursos afins; pela primeira vez atingiu-se um nível de sistematização que procura cobrir todo o conteúdo das quatro séries primárias, envolvendo a utilização de materiais, métodos e conteúdos que não são simplesmente a réplica dos cursos infantis.

#### c) — A participação da população no processo educativo.

Essa idéia não é nova nos movimentos de educação de adultos. Já a Campanha Nacional de 1947 encarecia a necessidade de colaboração de toda a população, e, de uma forma ou de outra, as diferentes iniciativas nesse campo têm recorrido aos recursos disponíveis na comunidade. No caso do MOBREAL, entretanto, tal colaboração tem alcançado níveis até então nunca atingidos.

O primeiro plano em que a participação deve ocorrer é o da colaboração da população em termos amplos e não apenas no nível local. Segundo as próprias declarações oficiais, a alfabetização não pode ser responsabilidade exclusiva do governo; é um problema nacional, a ser resolvido pelo esforço conjunto de todo o país. É nesse sentido, por exemplo, que os grupos empresariais estão sendo concitados a prestarem sua colaboração financeira ao movimento, recebendo para tanto incentivos fiscais.

O segundo plano em que a colaboração se coloca é o da participação da comunidade, possibilitada pela descentralização administrativa do MOBREAL, que conferiu aos muni-

cípios uma autoridade que, até então, nenhum plano de educação houvera delegado. As comunidades cabe detectar os seus problemas, organizar cursos, decidir sobre métodos e procedimentos dentro dos limites facultados pela orientação estadual e federal, mobilizar recursos humanos e materiais disponíveis.

Isso tem revelado uma surpreendente disposição de colaboração por parte da maioria das comunidades. Segundo declarou o Ministro Jarbas Passarinho: "o governo está fazendo, através do MOBREAL, o maior projeto de alfabetização do Terceiro Mundo, utilizando um projeto típico de comunidade (\*)".

O problema de que as comunidades locais, limitadas no mais das vezes, pela visão restrita que têm a respeito de suas próprias dificuldades, e pressionadas pelos jogos de interesses particulares, poderão emprestar uma tônica pouco inovadora ao processo educativo, é contornado na medida em que o MOBREAL procura assegurar um controle da execução das diretrizes fornecidas pelo movimento em níveis estadual e nacional.

O terceiro plano de participação está ligado ao trabalho de organização, pelo MOBREAL, de núcleos comunitários, que visam à maior integração dos alunos à comunidade. Eles foram concebidos como Centros de Leitura, ou como simples núcleos, através dos quais os alunos têm mais acesso aos canais de informação social, ao mesmo tempo em que funcionam como pontos de encontro e confraternização.

Tendo atendido a dois milhões de analfabetos em 1972 e a 700 mil recém-alfabetizados, nos seus cursos de Educação Integrada (\*\*), o MOBREAL procurou atingir para estes alunos os seguintes objetivos: "Integrar o alfabetizado na força de trabalho; possibilitar educação continuada ao alfabetizado; incentivar o desenvolvimento comunitário e oferecer oportunidade para promoção huma-

(\*) Passarinho fala de ensino estatal e do MOBREAL. — *Jornal da Tarde*, 3-3-72, p. 12.

(\*\*) Cf. Lopes Corrêa, A. — Tendências da educação de adultos na última década. *A Economia Brasileira e suas perspectivas*. APEC, julho, 1972, Ano XI, pág. 87.

na (\*).” Terá sido eficiente? Terá sido eficaz?

### Conclusões

Como a análise permite constatar, os movimentos de educação de adultos no Brasil caracterizam-se por tentativas de integração, ao desenvolvimento do país, das camadas marginalizadas da população. As ênfases que cada um deles confere a esse processo refletem-se na proposição de seus objetivos educacionais.

Em primeiro lugar, destacam-se, formando um bloco sensivelmente homogêneo, o MEB e o Sistema Paulo Freire, cujos objetivos recaem primordialmente na integração sócio-política do educando. Entendem ambos os movimentos que a integração do adulto à sociedade brasileira far-se-á a partir de um processo de desadaptação, ou seja, de distanciamento crítico em relação à realidade, de não acomodação.

O SES vem, a seguir, caracterizado sobretudo como um movimento de transição. Disposto a incorporar diferentes influências, o SES, mantém, não obstante, os seus objetivos voltados sobretudo para a integração cultural do adulto.

Se nos primeiros anos da década de 60 a tônica predominante dos movimentos de educação de adultos foi integrar os estratos marginalizados à vida sócio-cultural da nação, atualmente ela recai na condução desses estratos a uma participação mais efetiva na vida econômica do país.

Trata-se de desenvolver, com o MOBREAL, um novo *ethos*, procurando “integrar o aluno na racionalidade humanizadora do mundo do trabalho, que protegerá e promoverá socialmente o trabalhador (\*\*).”

Devidamente instrumentalizado, o educando terá condições de encontrar, pelo seu próprio esforço, os meios para uma integração mais efetiva nas demais dimensões abrangidas pela sociedade global.

(\*) MOBREAL dá curso para a Educação Integrada — O Estado de São Paulo, 15-6-72, p. 30.

(\*\*) MOBREAL Estadual — Reunião Geral de 20-7-72.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEISIEGEL, C. de R., junho, 1965 — Uma campanha de alfabetização de adultos no Brasil. *Pesquisa e planejamento* (9):29.
- PEREIRA, L., 1971 — *Estudos sobre o Brasil contemporâneo*. SP, Pioneira Editora, pág. 204/205.
- PERLSTADT, H., February, 1972 — Goal implementation and outcome in medical schools. *American sociological review*, 37 (1):73.

### LEITURAS COMPLEMENTARES

#### LIVROS

- BOYNARD, A. P., GARCIA, E. C. e ROBERT, M. I., 1972 — *A reforma do ensino*. Lisa - Livros Irradiantes S/A.
- FERREIRA, F. de P., 1968 — *Teoria social da comunidade*. Editora Herder, SP.
- FREIRE, PAULO, 1971 — *Educação como prática da liberdade*. Ed. Paz e Terra, RJ.
- FURTER, P., 1968a. — *Educação e vida*. Ed. Vozes Ltda., RJ.
- FURTER, P., 1968b. — *Educação e reflexão* — Ed. Vozes Ltda., RJ.
- HILLMAN, A., 1964 — *Organização da comunidade e planejamento*. Livraria Agir Editora, RJ.
- KADT, E., 1970 — *Catholic radicals in Brazil*. Oxford University Press. Londres, Nova York.
- MEC — Departamento Nacional de Educação, sem data. *Alfabetização exigência cívica*. Reper Editora, GB.
- MERLEAN, - PONTY, 1971 — *Fenomenologia da percepção*. Ed. Freitas Bastos, SP.
- MOUNIER, E., 1970 — *O Personalismo*. Moraes Editores.
- OLIVEIRA LIMA, L. de 1965 — O Método Paulo Freire, in *Tecnologia, educação e democracia*. Editora Civilização Brasileira, RJ.
- PEREIRA, L., 1971 — *Estudos sobre o Brasil contemporâneo*. Livraria Pioneira Editora, SP.
- SIMONSEN, M. H., 1969 — *Brasil 2001*. Apec Editora S/A, RJ.
- WEFFORT, F., 1965 — Política de massas, in *Política e revolução social no Brasil*. Editora Civilização Brasileira, RJ.

#### PUBLICAÇÕES TÉCNICAS

- 1.º Encontro de Coordenadores. *Conclusões/1* — MEB. Recife, 5 a 15 de dezembro de 1962.
- Algumas considerações sobre a continuidade do trabalho realizado pelo MOBREAL no primeiro período de suas atividades, janeiro/1971*. MEC/MOBREAL Central (exemplar mimeografado).

BRITO, J. M., sem data — **Educação de adultos e unificação da cultura** (exemplar mimeografado).

**Erradicação do analfabetismo**, 1965 — Relatório final do Congresso Mundial de Ministros da Educação. UNESCO; Teerã.

**Escolas radiofônicas do MEB; notas sobre seus objetivos, sua programação e sobre o desenvolvimento dos alunos**, abril/1966. MEB, Rio.

**Esquema para uma sistemática de avaliação do programa experimental de educação integrada**, sem data. MEC/MOBRAI Central (exemplar mimeografado).

FREIRE, PAULO, sem data — **Conscientização e alfabetização — Uma nova visão do processo** (exemplar mimeografado).

**Introdução do Relatório Anual do MEB**, 1963 — MEB Divisão de estudos e pesquisas (exemplar mimeografado).

**La OEA y la Educación — Alfabetización y educación de adultos**, 1950 — Divisão de Educação — Departamento de Assuntos Culturais, União Panamericana, Washington, DC.

NEYS, K., 1961 — **Guias prácticas para la educación extraescolar — 2**. UNESCO, Paris.

I Seminário Latino Americano de Alfabetização de Adultos promovido por W.I.W.C.A., UNESCO, SESI e SESP — 1 a 12 de dez./1966.

**Programa de educação de base para adolescentes e adultos**, sem data. MOBRAI Estadual (exemplar mimeografado).

**Programa experimental de educação integrada**, setembro, 1971. MEC/MOBRAI Central — Sugestões para verificação de aprendizagem (exemplar mimeografado).

**Rapport sommaire de la Conférence Internationale de l'Éducation des Adultes**, junho, 1964 — UNESCO, Elsinor, Dinamarca: pág. 16-25.

**Relatório de 1961 a 1965, Junho, 1966** — (Para reunião da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) — MEB (exemplar mimeografado).

**Seminário Ibero-Americano de Alfabetização de Adultos**, 1964 — Madrid.

#### REVISTAS

Artigos das seguintes revistas: **Escola, Realidade, Veja e Visão**, no período de setembro/1970 a maio/1972.

Desenvolvimento de comunidade. Suplemento de **Debates sociais** n.º 1 — Abril, 1968.

MOREIRA, J. R., out./dez., 1965. Censo escolar de 1964 e perspectivas de erradicação do analfabetismo no Brasil, in **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. INEP/MEC, vol. XLIN, n.º 100.

Noticiário Prêmio Reza Pahlevi 1968, março/abril, 1969, in **Educação Hoje**.

O método sem experiência, in **Visão**, 2/6/1967.

#### JORNAIS

Artigos dos seguintes jornais: **Diário de São Paulo, Folha de São Paulo, Gazeta de Pinheiros, Jornal da Tarde, O Estado de São Paulo**, no período de agosto/1970 a maio/1972.

Mobral dá curso para a educação integrada, 15/6/72. **O Estado de São Paulo**, pág. 30.